



Curso Presencial

Apresentamos nosso curso presencial, desenvolvido para qualificar a atuação na administração pública com conteúdos práticos e atualizados.

Nesta circular, você encontrará informações essenciais para sua participação e aprimoramento profissional.



51 3778 1188



www.iem.inf.br



SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: ATUALIZAÇÃO JURÍDICA E DA PRÁTICA PROCESSUAL

Datas: 07 e 08 de outubro de 2026.

Local: Master Express Grande Hotel. Rua Riachuelo, 1070 - Centro, Porto Alegre/RS (Junto ao Shopping Rua da Praia).

Horários: 1º dia, das 13h30 às 17h30; 2º dia, das 9h às 12h e das 13h30 às 17h.

Inscrições: em www.iem.inf.br, até o dia 28 de setembro de 2026.

Certificado: carga horária de 10h30, com certificado para quem completar a frequência mínima de 75%.

Apresentação: O Direito aplicável aos processos disciplinares na Administração Pública vem evoluindo e inovando significativamente nos últimos anos. Inadequações legais têm provocado nulidades decretadas pelo Poder Judiciário com reflexos pecuniários e pessoais. É imperativa a adequação da legislação local aos fundamentos constitucionais, com base na doutrina e na jurisprudência, para evitar prejuízos econômicos (indenizações) e a impunidade de agentes públicos investigados. Ressaltam-se, também, as inovações decorrentes da alteração da legislação penal, de improbidade e processual, com reflexos diretos nos processos disciplinares, importando na necessidade de revisão urgente da legislação municipal.

Objetivos

a) Qualificar os responsáveis pela condução das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, tanto sobre o Direito aplicável quanto em relação ao rito a ser observado nas diferentes fases destes processos; b) Atualizar os participantes relativamente às orientações jurisprudenciais e doutrinárias sobre as sindicâncias e PADs; c) Contribuir para que sejam instruídos processos com maior segurança jurídica, evitando nulidades com graves repercussões jurídicas e econômicas, dentre as quais a reintegração aos cargos e funções e indenizações diversas; d) Avaliar os meios alternativos de audiências e produção de prova, para redução de custos e maior celeridade dos processos.

Público-alvo: Secretários de administração e de governo, à Comissão Sindicante e de Processo Administrativo Disciplinar, aos assessores jurídicos e procuradores municipais e aos demais agentes envolvidos com o tema (setor de RH e outros).

Docente:

Darcí Reali, Advogado, Mestre em Direito, Diretor do IEM. Docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na Pós-Graduação em Direito de Estado e Direito Ambiental (2005-2010). Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e Assessor Jurídico Municipal (1997-2001). Atua há 28 anos em assessorias e consultorias jurídica e administrativa públicas. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais públicos, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, urbanístico, legislativo e previdenciário. Autor e coautor de diversos livros e dezenas de apostilas direcionadas à Administração Municipal. Ampla experiência sobre sindicância e PAD, tendo ministrado dezenas de cursos sobre o tema, em vários Estados do Brasil

Investimento:

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO PÚBLICO	PAGAMENTO ATÉ 27/07/2026	PAGAMENTO APÓS 27/07/2026	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 790,00 por pessoa	R\$ 890,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 750,00 por pessoa	R\$ 850,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 720,00 por pessoa	R\$ 820,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 690,00 por pessoa	R\$ 790,00 por pessoa	

Importante: Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio do empenho com até 10 dias de antecedência ao evento, pelo e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br ou via WhatsApp (51) 3778-1188. As inscrições confirmadas por meio de empenho seguem a mesma política de cancelamento das inscrições pagas, conforme prazos e regras estabelecidos no **termo de aceite** disponível no site.

Ficou com alguma dúvida? Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone/WhatsApp (51) 3778-1188 ou e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br

Inscriva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!

Pauta do curso:

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO NO DIREITO BRASILEIRO
 - 1.1. Referências históricas do processamento administrativo
 - 1.2. O processo administrativo como instrumento das garantias constitucionais
 - 1.3. O dever de representar e de apurar irregularidades na Administração Pública
 - 1.4. A autotutela administrativa
 - 1.5. As fontes de direito do processo administrativo disciplinar
2. AS ESPÉCIES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
 - 2.1. Os processos administrativos em geral
 - 2.2. A sindicância investigatória, a sancionatória e a patrimonial
 - 2.3. O rito sumário
 - 2.4. O Processo Administrativo Disciplinar - PAD
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS NA INSTRUÇÃO DA SINDICÂNCIA E PAD
 - 3.1. Princípios Constitucionais de Direito Público
 - 3.2. Princípios Subsidiários do Processo Civil
 - 3.3. Princípios do Exercício da Magistratura
4. INSTAURAÇÃO, COMPETÊNCIA, IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO
 - 4.1. Pressupostos necessários à instauração de processo disciplinar
 - 4.2. Competência
 - 4.3. Impedimentos
 - 4.4. Suspeição
5. ATOS PROCESSUAIS: FORMA, TEMPO E LUGAR
6. COMUNICAÇÃO DOS ATOS E PRAZOS
 - 6.1. citação e intimações: forma, requisitos e por precatório
 - 6.2. Ausência de comparecimento do indiciado e a questão de defensor dativo
 - 6.3. Afastamento preventivo do servidor
 - 6.4. Prazos a observar e forma de contagem
7. O CONTRADITÓRIO E A CONFISSÃO
 - 7.1. A conveniência de ouvida dos investigados na fase inicial
8. O JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO
9. A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA: AUDIÊNCIAS, PROVAS, DEPOIMENTO PESSOAL, OITIVA DE TESTEMUNHAS E PROVA PERICIAL
 - 9.1. Provas admitidas no processo
 - 9.2. Depoimento pessoal e confissão
 - 9.3. Exibição de documentos
 - 9.4. Prova documental
 - 9.5. Prova emprestada
 - 9.6. Prova testemunhal
 - 9.6.1. Os incapazes para o testemunho
 - 9.6.2. Os impedidos para testemunho
 - 9.6.3. Os suspeitos para testemunho
 - 9.6.4. A intimação das testemunhas
 - 9.7. Prova pericial
 - 9.8. Provas ilícitas e provas ilegítimas
 - 9.8.1. A interceptação telefônica – aspectos a valorar sobre a validade
 - 9.8.2. Gravação feita pelo próprio interlocutor
 - 9.8.3. Acesso a computador, e-mail, dados, agenda e similares
 - 9.8.4. Filmagem em ambiente público ou de trabalho
 - 9.9. Audiências e provas produzidas por videoconferência e outros meios digitais
 - 9.10. Livre apreciação do conjunto de provas
10. MEMORIAIS
11. ANULAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS DURANTE O PROCESSO
12. A DECISÃO: MOTIVAÇÃO
13. ATOS ADMINISTRATIVOS QUE ENSEJAM RESPONSABILIDADE
 - 13.1. As condutas públicas que importam em responsabilização e as condutas sociais que podem ser consideradas
 - 13.2. Deveres e proibições tipificadas ao servidor público
 - 13.3. Atos que podem resultar em demissão
 - 13.4. Crimes contra a Administração Pública
 - 13.5. Atos que configuram improbidade: caracterização e encaminhamentos necessários; inovações da nova lei
 - 13.6. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas

- 13.7. Abandono de cargo e inassiduidade: pressupostos
- 13.8. Atos que configuram responsabilização civil
- 13.9. Análise crítica das condutas vigentes na lei local e a recepção de novas condutas infracionais
- 14. SANÇÕES APLICÁVEIS
 - 14.1. Por infrações administrativas
 - 14.2. Por ato de improbidade - Lei 8429/92
 - 14.3. Por ato de responsabilização civil - Código Civil
 - 14.4. Por crimes em geral ou contra a Administração Pública – Decreto Lei n.º 2.848-40
 - 14.5. A alternativa do Compromisso de Ajustamento de Conduta
- 15. OS RECURSOS ASSEGURADOS À PARTE
 - 15.1. Espécies de recursos administrativos
 - 15.2. Legitimidade para recorrer
 - 15.3. Requisitos da petição de recurso
 - 15.4. A tramitação dos recursos e seus efeitos
 - 15.5. A decisão recursal
- 16. REVISÃO ADMINISTRATIVA
 - 16.1. Revisão administrativa: cabimento e revisão de ofício
- 17. PRESCRIÇÃO, INDULTO E ANISTIA
- 18. SENTENÇA PENAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
 - 18.1. Independência das esferas administrativa e criminal
 - 18.2. Encaminhamento do PAD para o Poder Judiciário
- 19. CONTROLE JURISDICIONAL DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUAS REPERCUSSÕES NA ESFERA ADMINISTRATIVA
- 20. ANEXOS PARA ESTUDO E ADEQUAÇÃO LOCAL
 - 20.1. Esquemas sobre sindicâncias, rito sumário e rito do PAD
 - 20.2. Atos administrativos em espécie, comuns em processos administrativos - exemplos
 - 20.3. Jurisprudência relacionada

No caso de haver cancelamento do curso presencial, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito.**

Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.